

Representações das Diferenças entre os Sexos e Legitimação das Relações entre Homens e Mulheres

Gabrielle Poeschl¹
Isabel Pinto²

Estudos sobre as representações sociais das práticas familiares revelaram que uma elevada crença na existência de diferenças entre os sexos permite legitimar e valorizar as práticas familiares tradicionais. Uma vez que é geralmente admitido que estas práticas provêm das posições assimétricas dos homens e das mulheres na sociedade e contribuem para a manutenção dessas posições, examinámos em que medida uma elevada crença na existência de diferenças entre os sexos está também associada com opiniões específicas acerca das relações entre os grupos sexuais, e entre os grupos sociais, na generalidade. Os nossos resultados sugerem que uma elevada crença nas diferenças entre os sexos conduz a (a) considerar mais justas e satisfatórias as posições desiguais dos homens e das mulheres nos contextos familiar e profissional; (b) rejeitar, mais radicalmente, algumas formas de vida privada alternativas ao modelo tradicional de família; (c) manifestar um grau mais elevado de orientação para a dominância social, isto é, um grau mais elevado de anti-igualitarismo baseado na pertença grupal.

Estudos realizados em Portugal sobre as práticas familiares e as representações dessas práticas têm evidenciado a importância das representações dos papéis de género³ para a justificação das práticas tradicionais (Poeschl & Serôdio, 1998) e a influência do grau de crença na existência de diferenças "naturais" entre os sexos para a valorização e a manutenção dos papéis conjugais tradicionais (Poeschl & Silva, 2001).

Os resultados obtidos apoiam a opinião de que os estereótipos de género têm o poder de manterem as mulheres nos papéis sociais tradicionais. Esta opinião levou muitos autores a procurar determinar em que medida os homens e as mulheres diferem, de facto, relativamente a uma grande diversidade de capacidades, traços e comportamentos. De forma geral, a investigação realizada neste âmbito está na origem de muita controvérsia, tanto acerca das características que poderiam diferenciar os dois

sexos, como da extensão e da consistência das diferenças encontradas, como ainda da origem dessas diferenças (Eagly, 1995).

As divergências entre científicos reflectem-se nas variações que se podem observar nas opiniões que as pessoas exprimem sobre as competências, as características e os comportamentos desejáveis dos homens e das mulheres (Poeschl & Serôdio, 1998). No entanto, os nossos resultados sugerem que as variações no conteúdo e na estrutura das representações formadas não são arbitrárias. Em conformidade com a dupla função das representações sociais (Mugny & Carugati, 1985), as representações são organizadas de forma a que os indivíduos possam dar sentido ao seu universo social e preservar a sua identidade social positiva.

Contudo, as variações na estrutura das representações dos papéis de género não parecem estar associadas a variações sistemáticas nas práticas dos inquiridos, ao contrário do que se observa frequentemente (Jodelet, 1989). De facto, essas práticas parecem ser mais influenciadas pelo grau em que os indivíduos acreditam na existência de diferenças "naturais" entre os sexos (Poeschl, 2001). A este respeito, os nossos resultados sugerem que a pertença sexual e o estado civil dos indivíduos modulam o grau de crença na existência de tais diferenças, sendo as mulheres - e especialmente as

1 Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento.

2 Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

3 Definimos os papéis de género como as características e comportamentos considerados apropriados, e esperados, por parte dos homens e das mulheres (Spence, Deaux, & Helmreich, 1985).

mulheres solteiras - as que menos acreditam nas diferenças entre os sexos (Poeschl, 2000). Uma elevada crença na existência de diferenças entre os sexos parece assim preencher, pelos adultos casados, uma função de valorização das práticas tradicionais, que tem como consequência a sua reprodução e, logo, a manutenção da ordem social.

Tendo em conta o impacto das crenças nas diferenças entre os sexos, considerámos importante analisar mais sistematicamente em que medida essas crenças estão associadas a opiniões específicas sobre as relações entre os sexos, e entre os grupos sociais, de forma mais geral. Assim, o presente estudo foi realizado com o objectivo de examinar dois aspectos dos nossos dados, que sugerem que uma crença elevada nas diferenças entre os sexos está relacionada com um maior conservadorismo social e com um menor grau de igualitarismo (Poeschl & Silva, 2001). Mais precisamente, o nosso estudo procura determinar em que medida uma diferença no grau de crença nas diferenças entre os sexos se relaciona com diferenças (a) na percepção do estatuto dos homens e das mulheres no mercado de trabalho e na família e no grau em que essas posições são percebidas como justas e satisfatórias; (b) no grau de desacordo com formas de vida privada alternativas ao modelo familiar tradicional; (c) no grau de anti-igualitarismo baseado no grupo, ou seja, no nível de orientação para a dominância social (Sidanius, Levin, Liu & Pratto, 2000).

Questionário e procedimento

O estudo foi realizado por meio de um questionário de escalas de opiniões constituído por quatro partes. Na primeira parte, os respondentes eram convidados a exprimir a sua opinião sobre três grupos de itens destinados a avaliar em que medida eles consideram as posições dos homens e das mulheres no mercado de trabalho e na família (a) dominantes (1=totamente dominada; 7=totamente dominante), (b) justas (1=totamente injusta; 7=totamente justa) e (c) satisfatórias (1=totamente insatisfatória; 7=totamente satisfatória). A ordem de apresentação das duas partes seguintes era contrabalançada. Por um lado, os respondentes deviam indicar o seu grau de acordo (1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente) com 20 afirmações relativas aos papéis de género. Por outro lado, eles deviam pronunciar-se (1=discordo totalmente; 7=concordo totalmente) sobre os 16 itens de uma escala de dominância social (SDO₆, Sidanius, Levin, Liu & Pratto, 2000). Na quarta parte, os respondentes eram instruídos para indicar o seu grau de aprovação (1=desaprovo totalmente; 7=aprovo totalmente) a respeito de 24 proposições (metade relativas a homens e a outra metade relativas a mulheres) apresentadas como "transformações no modo de pensar na família".

Os questionários foram administrados individualmente aos inquiridos pelos estudantes que participaram na investigação.

Organização dos dados

Para analisar as diversas relações contempladas pelo nosso estudo, os dados foram organizados da seguinte forma:

Calculou-se a média das respostas aos 16 itens da escala de orientação para a dominância social (SDO₆) no intuito de criar uma medida de anti-igualitarismo.

Aplicou-se uma análise factorial em componentes principais sobre as opiniões acerca das formas alternativas de vida privada. Os cinco factores extraídos dizem respeito à rejeição das convenções, às uniões homossexuais, à liberdade de desfazer os laços, à independência dos parceiros, e ao facto de ter

crianças sem parceiro, respectivamente (ver Quadro 1). Na medida em que os factores apresentam uma consistência interna satisfatória,

como se pode também observar no Quadro 1, construímos cinco escalas, calculando a média dos itens agrupados nos factores.

Quadro 1.

Formas alternativas de vida privada. Solução factorial após rotação varimax

	F1	F2	F3	F4	F5
<i>Rejeição das convenções ($\alpha = .90$)</i>					
Homens que optam por não ter filhos	.840	.157	.155	.173	.203
Mulheres que optam por não ter filhos	.834	.152	.177	.170	.154
Homens que optam pela carreira profissional e não constituem família	.825	.005	.000	.170	.177
Mulheres que optam pela carreira profissional e não constituem família	.816	.101	.002	.185	.200
Mulheres que decidem divorciar-se mesmo quando os seus filhos são pequenos	.563	.010	.356	.003	.119
Homens que decidem divorciar-se mesmo quando os seus filhos são pequenos	.563	.102	.357	.001	.119
Homens que optam por viver com uma mulher sem casar	.532	.307	.469	.121	.003
Mulheres que optam por viver com um homem sem casar	.530	.314	.464	.117	.003
<i>Uniões homossexuais ($\alpha = .92$)</i>					
Mulheres que optam por viver com uma pessoa do mesmo sexo e desejam adoptar crianças	.004	.879	.115	.183	.134
Homens que optam por viver com uma pessoa do mesmo sexo e desejam adoptar crianças	.008	.863	.010	.166	.193
Mulheres que optam por viver com uma pessoa do mesmo sexo	.379	.731	.270	.153	.154
Homens que optam por viver com uma pessoa do mesmo sexo	.422	.715	.241	.159	.188
<i>Liberdade de desfazer laços ($\alpha = .87$)</i>					
Mulheres que optam por abortar quando consideram desejável	.106	.118	.819	.109	.158
Homens que apoiam que a mãe do seu filho aborte quando consideram desejável	.104	.155	.811	.010	.172
Mulheres que decidem casar-se considerando que possa não ser "para sempre"	.266	.135	.588	.419	.142
Homens que decidem casar-se considerando que possa não ser "para sempre"	.268	.135	.583	.418	.142
<i>Independência dos parceiros ($\alpha = .86$)</i>					
Mulheres que vivem uma vida independente do seu parceiro	.151	.172	.000	.821	.197
Homens que vivem uma vida independente do seu parceiro	.184	.157	.001	.816	.191
Homens que decidem que o seu casamento não impede uma certa liberdade sexual	.116	.010	.311	.769	.002
Mulheres que decidem que o seu casamento não impede uma certa liberdade sexual	.103	.148	.340	.748	.007
<i>Ter crianças sem parceiro ($\alpha = .81$)</i>					
Homens que decidem criar os filhos sem parceira, considerando que as crianças não necessitam de dois pais	.239	.002	.144	.191	.825
Mulheres que decidem criar os filhos sem parceira, considerando que as crianças não necessitam de dois pais	.251	.002	.146	.181	.804
Homens que decidem recorrer a procedimentos que permitam ter filhos "sem parceira"	.126	.354	.144	.008	.760
Mulheres que decidem recorrer a procedimentos que permitam ter filhos "sem parceiro"	.152	.345	.130	.008	.749

Método

Respondentes

109 jovens solteiros e 98 adultos casados do Norte de Portugal participaram no estudo. Os solteiros eram 51 homens e 58 mulheres, com idade compreendida entre 17 e 32 anos (20 anos em média), sendo na grande maioria (91%) estudantes universitários. Metade dos adultos casados (49) eram homens, outra metade mulheres, com idade compreendida entre 33 e 62 anos (46 anos em média), sendo a metade quadros superiores e médios.

Aplicou-se também uma análise factorial em componentes principais sobre as respostas relativas aos papéis de género. Os quatro factores extraídos fazem referência, respectivamente, aos papéis conjugais tradicionais, à desigualdade da mulher, às vocações típicas dos sexos e às diferenças naturais entre os sexos. Para dividir os inquiridos em função do seu grau de crença na existência de diferenças entre os sexos, efectuou-se uma análise de classificação automática (SPSS Quick Cluster Analysis) a partir das respostas aos três itens que constituem a última dimensão⁴. A análise dividiu os respondentes em dois grupos que apresentam diferenças muito significativas nos três itens (Há diferenças psico-fisiológicas entre homens e mulheres: Grupo 1: 5.87; Grupo 2: 4.63; Os homens e as mulheres têm competências diferentes: Grupo 1: 4.74; Grupo 2: 2.36; Há actividades que correspondem mais às competências dos homens ou das mulheres: Grupo 1: 5.70; Grupo 2: 2.75). Desta forma, no primeiro grupo encontram-se 151 respondentes com elevada crença nas diferenças entre os sexos e, no segundo grupo, 56 respondentes com baixa crença na existência de tais diferenças. Existe uma fraca, embora significativa correlação entre o sexo dos respondentes e o grau de crença nas diferenças ($\phi=0.18$, $p=0.012$), encontrando-se 80% dos inquiridos de sexo masculino e 65% dos inquiridos de sexo feminino dentro do grupo de pessoas com elevada crença nas diferenças "naturais" entre os sexos.

Resultados

Avaliação das posições dos dois sexos no mercado de trabalho e na família

Para saber em que medida uma diferença no grau de crença nas diferenças entre os sexos está relacionada com diferenças na avaliação

das posições dos dois sexos no trabalho e na família em termos de estatuto, justiça e satisfação, comparámos as respostas dos respondentes tomando, simultaneamente, em consideração o sexo de pertença (masculino vs. feminino), o grau de crença nas diferenças (elevado vs. baixo), o grupo descrito (os homens vs. as mulheres) e a esfera social evocada (trabalho vs. família).

Os resultados indicam que o grau de crença nas diferenças entre os sexos não afecta a avaliação do estatuto dos dois sexos no trabalho ou na família, sendo a posição dos homens considerada como dominante nas duas esferas sociais. Pelo contrário, os inquiridos com elevada crença nas diferenças consideram estas posições mais justas (3.90) e mais satisfatórias (4.44) do que os inquiridos com baixa crença (justiça: 3.43; $F(1,203)=12.46$, $p=.001$; satisfação: 4.04; $F(1,203)=10.08$, $p=.002$). Para além disso, as comparações efectuadas evidenciam um outro padrão de diferenças interessante. Como mostra a Figura 1, as diferenças entre os sexos são mais acentuadas quando se julga o mercado de trabalho do que quando se julga a família. A posição dos homens é considerada mais justa e satisfatória no mercado de trabalho do que na família, e a posição das mulheres é considerada mais justa e satisfatória na família do que no mercado de trabalho. Desta forma, a posição das mulheres no mercado de trabalho é julgada menos justa e satisfatória do que a posição dos homens, enquanto que as posições dos dois sexos na família são consideradas como sendo igualmente justas e satisfatórias.

Em conclusão, os respondentes parecem basear a sua avaliação da justiça e da satisfação das posições dos dois sexos em critérios que diferem em função da esfera descrita. Para além disso, uma elevada crença nas diferenças entre os sexos conduz os respondentes a considerarem globalmente mais justas e satisfatórias as posições dos dois sexos na sociedade.

Opiniões acerca das formas alternativas de vida privada

Para examinar em que medida uma crença elevada nas diferenças entre os sexos está

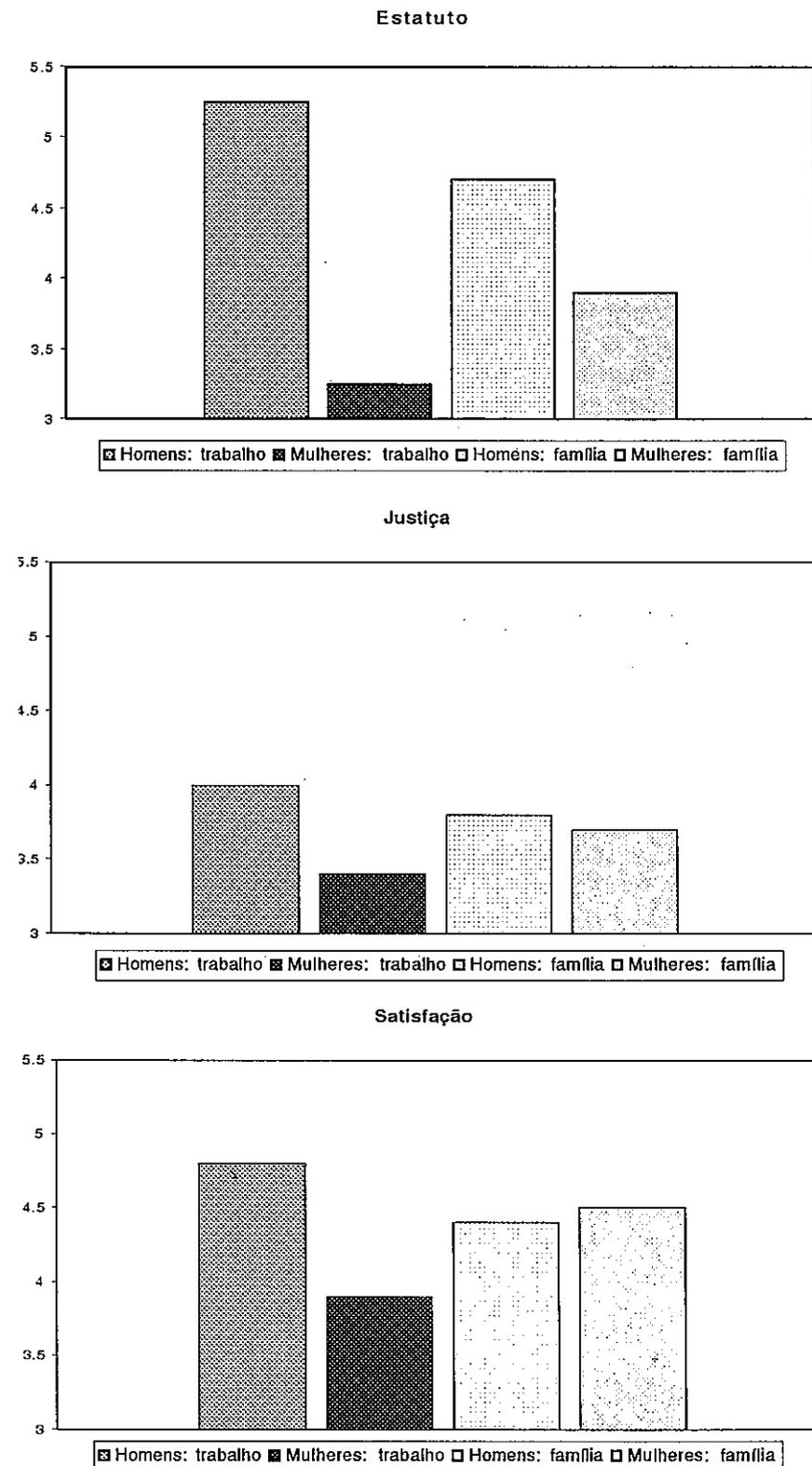


Figura 1. Estatuto, grau de justiça e de satisfação com o estatuto dos sexos na sociedade.

⁴ Os resultados relativos aos outros factores não serão descritos aqui, na medida em que eles confirmam apenas resultados obtidos em estudos anteriores, a saber que uma crença mais elevada nas diferenças entre os sexos está associada a um maior acordo com os papéis tradicionais.

associada à defesa do modelo familiar tradicional, comparámos o grau de desaprovação médio dos inquiridos com a rejeição das convenções, as uniões homossexuais, a liberdade de desfazer laços, a independência dos parceiros, e o facto de ter crianças sem parceiro. As análises contemplaram, em simultâneo, o efeito do sexo de pertença dos inquiridos (masculino vs. feminino), o efeito do grau de crença nas diferenças (elevado vs. baixo) e o efeito do grupo descrito (os homens vs. as mulheres).

Os resultados evidenciam que o grupo descrito e o grau de crença nas diferenças entre

os sexos influenciam as opiniões relativas às uniões homossexuais e ao facto de ter crianças sem parceiro. Como se pode ver na Figura 2, os respondentes rejeitam mais estes comportamentos quando são desempenhados por homens do que por mulheres (uniões homossexuais: $F(1, 203)=7.09, p=.008$; ter crianças sem parceiro: $F(1, 203)=16.89, p<.001$) e os inquiridos com elevada crença nas diferenças entre os sexos rejeitam globalmente estes comportamentos mais do que os inquiridos com baixa crença (uniões homossexuais: $F(1,203)=6.06, p=.015$; ter crianças sem parceiro: $F(1,$

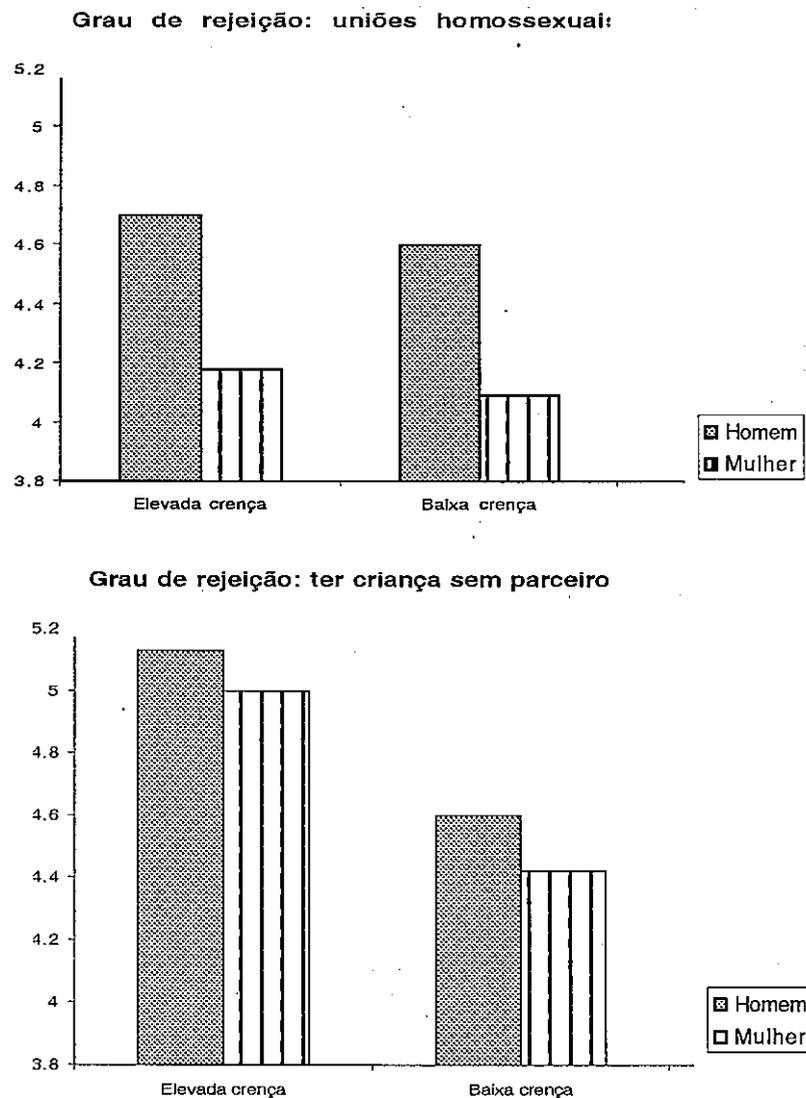


Figura 2. Formas alternativas de vida privada.

$203)=5.75, p=.017$). No que diz respeito, em particular, às uniões homossexuais, pode-se observar, ainda, que os respondentes masculinos com elevada crença nas diferenças entre os sexos são os que manifestam o maior grau de desacordo com esta forma de vida privada.

Em suma, as duas formas de vida privada que suscitam diferentes tomadas de posição são formas que não só fogem do modelo familiar tradicional, mas que também consideram a existência de crianças inseridas nestes modelos alternativos. Assim, os inquiridos com elevada crença nas diferenças entre os sexos desaprovam mais as famílias monoparentais e homossexuais e essas famílias são, de forma geral, objecto de uma maior desaprovação quando os educadores potenciais são de sexo masculino.

Orientação para a dominância social

Para determinar se diferenças no grau de crença nas diferenças entre os sexos estão relacionadas com diferenças no nível de anti-igualitarismo baseado no grupo, comparámos o nível de orientação para a dominância social, em função do sexo dos respondentes (masculino vs. feminino) e do grau de crença nas diferenças entre os sexos (elevado vs. baixo). A análise revelou um efeito significativo do sexo dos respondentes ($F(1, 203)=4.99, p=.027$) e do grau de crença nas diferenças ($F(1, 203)=9.06, p=.003$), qualificado pela interacção entre os dois factores ($F(1, 203)=4.48, p=.036$). Esta interacção indica, como se pode ver na Figura 3, que o nível de orientação para a

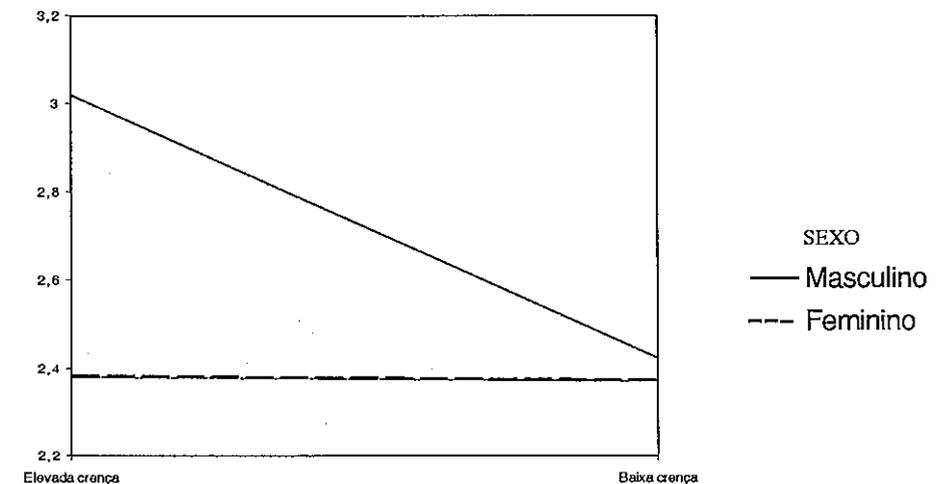


Figura 3. Nível de orientação para a dominância Social dos homens e das mulheres em função do seu grau de crença nas diferenças entre os sexos.

dominância social dos inquiridos masculinos com elevada crença é significativamente superior ao de todos os outros inquiridos.

Este resultado está de acordo com as nossas expectativas. Por um lado, ele apoia a nossa predição de que uma elevada crença nas diferenças entre os sexos está relacionada com um maior nível de anti-igualitarismo. Por outro, ele confirma um efeito bastante consensual, a saber que os grupos de estatuto mais elevado têm um nível de anti-igualitarismo superior ao dos grupos de estatuto mais baixo, uma vez que

as ideologias anti-igualitaristas justificam e contribuem para a manutenção dos seus privilégios (Sidanius, 1993). O resultado que observámos é, no entanto, contrário às expectativas dos autores enquadrados na teoria evolucionária que defendem que a diferença no nível de anti-igualitarismo dos homens e das mulheres permanece constante numa mesma cultura, na medida que deriva das estratégias reprodutivas dos homens e das mulheres (Sidanius, Levin, Liu & Pratto, 2000).

Resumindo, os nossos dados sugerem que

o nível de anti-igualitarismo baseado no grupo é significativamente mais elevado nos homens que dispõem duma teoria para legitimar as desigualdades entre os sexos.

Conclusão

O nosso estudo teve como objectivo examinar em que medida a crença nas diferenças entre os sexos está associada a opiniões específicas sobre as relações entre os sexos ou, mais globalmente, entre os grupos sociais. De acordo com resultados obtidos em prévios estudos (Poeschl, 2000; Poeschl & Silva, 2001), os nossos dados sugerem que uma crença elevada na existência de diferenças entre os sexos está relacionada com um maior conservadorismo social e um menor grau de igualitarismo, que se reflectem na avaliação das posições dos grupos sexuais na família e no mercado de trabalho, consideradas mais justas e satisfatórias pelos inquiridos com elevada crença. O conservadorismo está ainda patente na maior rejeição de algumas formas de vida privada alternativas ao modelo familiar tradicional, nomeadamente das formas que tornam possível a socialização de crianças em famílias monoparentais ou homossexuais. Relativamente a este aspecto, achamos que o papel atribuído à criança para a manutenção da ordem social deveria merecer alguma atenção. Por fim, o facto dos homens com elevada crença nas diferenças entre os sexos serem também aqueles que apresentam um nível de orientação para a dominância social mais elevado, sugere que essa crença constitui uma forma socialmente desejável de legitimar as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. A motivação para manter essa crença (Valentine, 2001) encontra, sem dúvida, numerosas oportunidades para se reforçar no extenso conteúdo das representações das diferenças entre os sexos.

Bibliografia

- Eagly, A.H. (1995). The science of politics of comparing women and men. *American Psychologist*, 50, 3, 145-158.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations*

sociales. Paris: Presses Universitaires de France.

- Mugny, G., & Carugati, F. (1985). *L'intelligence au pluriel. Les représentations sociales de l'intelligence et de son développement*. Cousset: Editions Delval.
- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas, e ideais. *Análise Social*, 35, 156, 695-719.
- Poeschl, G., & Serôdio, R. (1998). Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial: Représentations et relations. *La Revue Internationale de l'Education Familiale*, 2, 2, 5-23.
- Poeschl, G., & Silva, A. (2001). Efeito das crenças nas diferenças entre os sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares. *Psicologia*, 15, 1, 93-113.
- Sidanius, J. (1993). The psychology of group conflict and the dynamics of oppression. In S. Iyengar & W. J. McGuire (Eds.), *Exploration in political psychology* (pp. 183-219). Durham, NC: Duke University Press.
- Sidanius, J., Levin, S., Liu, J., & Pratto, F. (2000). Social dominance orientation, anti-egalitarianism and the political psychology of gender: an extension and cross-cultural replication. *European Journal of Social Psychology*, 30, 41-67.
- Spence, J.T., Deaux, K. & Helmreich, R.L. (1985). Sex roles in contemporary American society. In G. Lindzey, & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*, 2 (pp. 149-178), 3^o Ed., Hillsdale, N.J: Lawrence Erlbaum Associates.
- Valentine, S. (2001). Development of a brief multidimensional aversion to women who work scale. *Sex Roles*, 44, 11/12, 773-787.

Abstract

Poeschl, G. & Pinto I. Representations of sex differences and legitimization of the relations between men and women. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 2001/2002, 171-179. Studies on the social representations of family practices reveal that a high belief in the existence of sex differences enables to legitimate and valorize traditional family practices. Since it is commonly admitted that these practices stem from the asymmetrical positions of men

and women in society and contribute to the maintenance of these positions, we examined in what extent a high belief in the existence of sex differences is also associated with specific opinions about the relationship between the sexual groups, and about the relationships between the social groups, more generally. Our results suggest that a high belief in sex differences leads to (a) consider as more just and more satisfactory the unequal positions of men and women in the family and work settings; (b) reject more radically some forms of private life, alternative to the traditional family model; (c) manifest a higher level of social dominance orientation, i.e. a higher degree of group-based anti-equalitarianism.

Résumé

Poeschl, G. & Pinto I. Représentations des différences entre les sexes et légitimation des relations entre hommes et femmes. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 2001/2002, 171-179.

Les travaux sur les représentations sociales des pratiques familiales ont mis en évidence qu'une forte croyance dans l'existence de différences entre les sexes permet de légitimer et valoriser les pratiques familiales traditionnelles. Puisqu'il est généralement admis que ces pratiques proviennent des positions asymétriques des hommes et des femmes dans la société et contribuent au maintien de ces positions, nous avons examiné dans quelle mesure une forte croyance dans l'existence de différences entre les sexes s'associe aussi à des opinions spécifiques sur les relations entre groupes sexuels, voire, plus généralement, sur les relations entre groupes sociaux. Nos résultats suggèrent qu'une forte croyance dans les différences entre les sexes conduit à (a) estimer plus justes et plus satisfaisantes les positions inégales des hommes et des femmes dans la famille et dans le monde professionnel; (b) rejeter plus fortement les formes de vie privée alternatives au modèle familial traditionnel; (c) manifester un plus haut niveau d'orientation pour la dominance sociale, à savoir un plus fort degré d'anti-égalitarisme basé sur l'appartenance groupale.